

RESENHA:

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

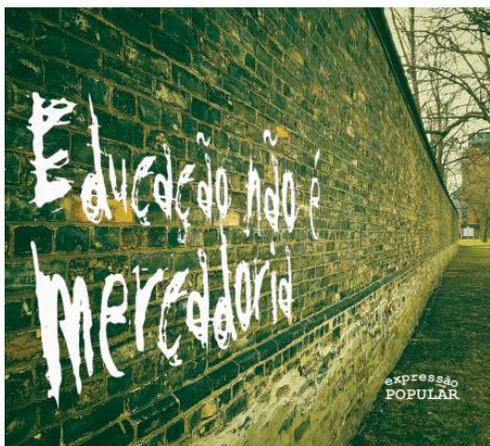
## Defronte à reforma empresarial: compreensão, organização e resistência

VINÍCIUS DE OLIVEIRA BEZERRA\*

LUIZ CARLOS DE FREITAS

### A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO

*Nova direita, velhas ideias*



Luiz Carlos de Freitas, professor titular aposentado da Universidade de Campinas (Unicamp), é uma das principais referências acadêmicas sobre o empresariamento da educação no Brasil. Em seu mais recente livro, intitulado “A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias”, o autor centra sua análise sobre as origens da reforma empresarial da educação, construída com base nas teses da “nova direita” neoliberal.

A obra está organizada em 10 (dez) capítulos. No primeiro, intitulado “Origens e fundamentos da reforma”, Freitas (p. 13) contextualiza a reforma empresarial da educação no surgimento da “nova direita” neoliberal (que seria uma combinação entre *liberalismo econômico* e *autoritarismo social*), após a crise capitalista dos anos 1970. Esta “nova direita” assumiu um novo *modus operandi*, que não possui “[...] *compromisso com a democracia*, mas apenas com a instauração do livre mercado (p. 14). Tendo a livre concorrência do mercado como princípio absoluto, defendem que a educação funcione como uma “empresa”, na qual escolas, professores e estudantes sejam postos para concorrer entre seus pares, de modo que os ineficientes sejam superados, sem nenhuma perspectiva de humanização ou transformação social. Dessa forma, “[...] a educação, vista como um serviço que se adquire, e não mais como um direito, deve ser afastada do Estado, o que justifica a sua privatização” (p. 29).

No segundo capítulo, denominado “Os novos ‘reformadores’”, Freitas esmiúça os objetivos e estratégias dos reformadores empresariais. O modelo “ideal”, a proposta mais desenvolvida dos neoliberais para a educação, consiste em inseri-la totalmente no livre

mercado, sem intervenção do Estado. Por conseguinte, a *destruição* e a *privatização* da educação pública são os objetivos finais da “nova direita”. Sendo assim, a distribuição de *vouchers* pelo Estado, com os pais escolhendo as escolas de melhor qualidade no mercado, seria o modelo de privatização mais elevado. Contudo, a depender do contexto, formas intermediárias podem ser adotadas, preparando o caminho para a destruição total da escola pública, a saber: estabelecimento de critérios de gestão empresarial e terceirização da gestão escolar para o setor privado (lucrativo ou não). “Dessa forma, as redes públicas vão sendo colocadas em um ‘vetor de privatização’, no qual elas podem ser vistas como mais distantes ou mais próximas de seu estágio final de privatização” (p. 34).

No terceiro capítulo, com o título “Privatização ou publicização? Existe ‘meia’ privatização?”, o autor critica a diferenciação entre “privatização” e “publicização”, adotada por social-democratas, pelos defensores do capitalismo desenvolvimentista (Bresser Pereira) e da Terceira Via (Anthony Giddens). A “publicização” almeja criar o “público não estatal”, no qual a escola é concedida à gestão privada, mas a propriedade continua sendo do Estado (terceirização). Para Freitas (p. 50), não existe “meia privatização”; a terceirização é apenas o passo inicial para a privatização completa, pois induz a criação do mercado educacional e drena recursos do sistema público para a iniciativa privada.

Avançando na análise, no capítulo seguinte, denominado “Evidência empírica, ética e privatização”, o autor analisa as consequências da reforma empresarial nos dois países que mais avançaram em sua implementação: Estados Unidos da América (EUA) e

Chile. Dialogando com pesquisadores críticos desse processo, Freitas (p. 62) demonstra que, apesar da promessa de elevar a qualidade da educação, as políticas de *vouchers* e terceirização nesses países apenas aumentaram a segregação escolar (por raça e classe social), sem diferenças significativas de desempenho, quando comparadas com as atuais escolas públicas. “A análise conjunta dos resultados práticos e das consequências formativas indica que os processos de privatização [...] eticamente não têm sustentação como uma alternativa, pelos graves problemas já apontados nos estudos atuais” (p. 74-75).

No quinto capítulo, intitulado “Padronização e testes *accountability*: a dinâmica da destruição”, Freitas (p. 77-78) se dedica à crítica dos *vetores de privatização* da escola pública, isto é, as estratégias que preparam o terreno para a privatização final. O autor sistematiza o seguinte caminho para a *privatização por dentro* do sistema público: *padronização* do ensino, por meio de bases nacionais curriculares, estabelecendo-se *metas* a serem avaliadas em *testes*, que inserem as escolas em um sistema meritocrático de prestação de contas, *responsabilizando* gestores e professores pelos resultados. “Neste processo, as escolas que ‘falham’ nas metas ficam vulneráveis à privatização” (p. 80), convertendo-se em escolas terceirizadas ou entregues totalmente ao mercado, sem reverter as condições que impedem o setor público de ampliar sua qualidade (infraestrutura precária, turmas superlotadas, baixo salário dos professores, etc.).

No capítulo seguinte, com o título “Obstruindo a qualidade da escola pública: mais implicações éticas”, Freitas (p. 102) trata dos efeitos negativos da política de testes e

responsabilização (*accountability*) e da implantação da base comum curricular (*Common Core*) nos EUA, tais como: estreitamento curricular (focalização na preparação para os testes padronizados); fraudes e manipulações de notas; pressão sobre estudantes, professores e gestores; estagnação nos indicadores educacionais (sem evidências de aumento da qualidade).

No sétimo capítulo, denominado “Controlar o processo, precarizar o magistério”, o foco da obra recai sobre o efeito das reformas empresariais na formação inicial e no exercício profissional do magistério nos EUA. Mediante padronização dos conteúdos, os reformadores empresariais instituíram uma formação pragmática e aligeirada, centrada nos procedimentos práticos do ensino em sala de aula. Além disso, impuseram a política de bônus salarial, vinculando os “[...] salários do magistério aos resultados apresentados pelos alunos em testes padronizados” (p. 110). Da mesma forma que as demais políticas da “nova direita”, também não existem evidências que essas medidas aumentaram a qualidade da educação estadunidense.

Se dedicando aos efeitos das reformas sobre os estudantes, no oitavo capítulo, intitulado “Impacto nos estudantes: ‘toda a escola, sem sentido!’”, Freitas (p. 114-117) destaca o clima de concorrência e competição no interior das escolas; aumento do controle disciplinar (suspensões, expulsões e aumento do policiamento) e a consequente segregação escolar dos estudantes de origem pobre e negra nos EUA. Em diálogo com a realidade brasileira, o autor destaca o aumento no número de escolas terceirizadas para a Polícia Militar: “Como sempre acontece nessas iniciativas, estudantes que se

destacam ganham condecorações, e quem não se adapta é transferido” (p. 120).

No nono capítulo, com o título “Um outro horizonte é possível”, Freitas (p. 129) defende a necessidade de se construir alternativas, pois “[...] criticar a reforma empresarial não supõe, pelo oposto, defender que na escola pública esteja tudo bem”. O autor afirma que as soluções devem ser pensadas de forma colaborativa entre os sujeitos que efetivamente fazem a escola (estudantes, famílias, professores e gestores), no sentido de superar as condições que impedem a qualidade da escola pública, ao contrário das políticas de responsabilização vertical dos empresários. Assim, trata-se de construir uma gestão democrática para a escola pública de gestão pública, baseada em “[...] outra concepção de sociedade e educação, com a intencionalidade de propiciar uma igualdade de condições para todos” (p. 130).

Diante do avanço dos reformadores empresariais no Brasil, no último capítulo da obra, intitulado “Uma proposta para resistência”, Freitas se dedica a elaboração de pautas de lutas para contribuir na organização da resistência contra a privatização da educação pública. Destacam-se algumas: retirada da educação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em articulação com os dispositivos que garantam o financiamento da educação pública; oposição às diferentes modalidades de privatização; fortalecimento da gestão democrática; eliminação das avaliações censitárias que induzem o ranqueamento e padronização; revogação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Reforma do Ensino Médio; diminuição de alunos por sala de aula e

combate às desigualdades educacionais (dualidade escolar).

Com a obra em questão, Freitas contribui de forma fundamental para o entendimento e enfrentamento das políticas de privatização da educação pública no Brasil, aceleradas após o golpe jurídico-parlamentar que destituiu a presidente Dilma Rousseff. Dialogando com autores que avaliaram criticamente essas experiências em outros países, especialmente nos EUA, o autor demonstra que as propostas dos empresários não conseguiram cumprir suas promessas de aumento da qualidade e diminuição das desigualdades educacionais, produzindo, ao contrário, efeitos nefastos.

Nesse sentido, como conclui o autor, não é ético que a política fracassada, implantada por décadas em outros países, sirva de modelo para a educação pública de nosso país (perspectiva que subjaz nas reformas educacionais recentes, como a BNCC e a Reforma do Ensino Médio). A política da “nova direita” para a educação se baseia na crença no livre mercado, não em evidência empírica. Compreender as concepções e estratégias dos reformadores empresariais é um imperativo para todos aqueles que não concebem a educação como uma mercadoria, mas como um direito.

*Recebido em 2019-01-08*

*Publicado em 2019-03-12*



\* **VINÍCIUS DE OLIVEIRA BEZERRA** é Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/FAED/UFMS); Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).